

EFEITO COLATERAL

Mudança no ICMS pode tirar até R\$ 21 bilhões de educação básica



"Não vai ter dinheiro para água, energia, a internet, as reformas, compra de materiais didático, de equipamentos de informática"

Luiza Teixeira, secretária de Educação de Cratêus (CE)

"Por mais que preço de gasolina impacte em outros setores, é preciso deixar claro a escolha que está sendo feita"

Paulo Meyer Nascimento, Ipea e da FGV

BRUNO ALFANO, FERNANDA TRISOTTO E LUCAS ALITINO
FOTOGRAFIA: GUSTAVO
NO BRASIL

Uma mudança na cobrança do ICMS dos combustíveis e da energia elétrica pode tirar de R\$ 19 bilhões a R\$ 21 bilhões dos orçamentos estaduais e municipais de educação, de acordo com dois estudos diferentes. As estimativas foram feitas, respectivamente, pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Na quarta-feira da semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar que prevê um teto de 17% na alíquota para o ICMS cobrado sobre os combustíveis e a energia elétrica, limite menor que o praticado em muitos estados.

O projeto ainda precisa passar pelo Senado, mas já gerou fortes reações entre especialistas de educação, entidades da área e gestores estaduais e municipais. Procurado para comentar as estimativas de perdas, o MEC não se pronunciou até o fim desta edição.

O ICMS corresponde a cerca de 60% dos valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o principal mecanismo de distribuição de verba da educação pública municipal e estadual no Brasil. Se essa arrecadação diminuir, caem os orçamentos para as escolas públicas no país, além daqueles destinados à saúde e à assistência social. De acordo com o Todos Pela Educação, essa perda seria de 8% do Fundeb, um valor muito relevante neste momento de enormes desafios educacionais.

—Vai faltar para custeio e investimento. Os municípios vão ter que continuar honrando com o salário dos profissionais, que teve um aumento de 33% nesse ano. Não vai ter dinheiro para o custeio, que é a água, a energia, a internet, as reformas, e o investimento, que é a compra de materiais didáticos, de equipamentos de informática, reforma e ampliação das unidades escolares, de mobiliário —detalha Luiza Teixeira, vice-presidente da Undime representando o Nordeste e secretário de educação em Cratêus (CE), que considera o projeto "o novo desmonte da educação brasileira".

Entidades como o Todos Pela Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a própria Undime se manifestaram em repúdio ao projeto. Todas reforçaram que a aprovação poderá acarretar



TEMORES COM TETO

O que teme o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal:

Queda de arrecadação de até **R\$ 83,5 bilhões** por ano para os estados e municípios brasileiros, responsáveis por quase 80% das matrículas da educação básica.

Redução de até **R\$ 16,7 bilhões** dos fundos estaduais do Fundeb e de **R\$ 2,5 bilhões** da complementação da União ao Fundeb.

Ao todo, a perda total do Fundeb, no cenário de 2022, seria de **R\$ 19,2 bilhões**, mais do que União destinou para a complementação ao Fundeb em 2021 e cinco vezes o valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar para 2022.



O que teme a União dos Dirigentes Municipais de Educação

Diminuição de, no mínimo, cerca de **R\$ 21 bilhões** para despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Editoria de Arte

em escassez de recursos para cumprimento da ampliação do piso salarial do magistério, para obras escolares, insumos didáticos e administrativos e na operação de transporte escolar.

Nas contas da Comsefaz, que fez a projeção menor, a redução seria de até R\$ 16,7 bilhões dos fundos estaduais do Fundeb e de R\$ 2,5 bilhões da complementação da União ao Fundeb.

Para se ter noção do tamanho do rombo, R\$ 19 bilhões é o dobro de todos os gastos — discricionários e obrigatórios — do MEC com educação básica, no orçamento em que não entram as transferências de recurso para o Fundeb. Também é cinco vezes todo o dinheiro que o MEC manda



O Fundeb e a desigualdade

O Fundeb é responsável por reduzir **70% da desigualdade de investimentos em Educação e ampliar em dez vezes o investimento mínimo por aluno no país**, conforme estimativas do Todos Pela Educação.

estados e municípios para ajudar nas despesas com merendas, valor insuficiente para cobrir todos os pagamentos. É maior também que toda a complementação que a União repassou em 2021, de R\$ 17 bilhões. Além de reduzir o valor gasto por ano com aluno nos municípios mais pobres, a mudança anularia todas as conquistas do Novo Fundeb, que ampliou os recursos para a educação.

O Fundeb reúne 27 fundos (dos 26 estados e do Distrito Federal) e serve como mecanismo de redistribuição de recursos destinados à educação básica. Após cada estado contribuir com a arrecadação, o dinheiro é redistribuído de acordo com a quantidade de matrículas

escolares. Do ICMS, 20% automaticamente são destinados ao fundo, que ainda recebe complemento de recursos da União.

"MOMENTO DESAFIADOR"

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) reconheceu que o apelo legítimo da educação aumenta a pressão contra a proposta. Dias cita como exemplo o Paraná, que terá R\$ 6,2 bilhões de perda de arrecadação caso o texto seja aprovado:

— Isso desorganiza toda a programação orçamentária, alcançando saúde, educação, segurança, enfim, setores fundamentais. Se busca resolver um problema, mas cria-se uma série de outros. É bom para quem está assistindo, apenas.

Relator do texto, o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que trabalha para apresentar seu parecer na próxima semana e destacou o crescimento das receitas do ICMS em relação à arrecadação do ano anterior.

O conceito de perda potencial de receita não significa que ela vá necessariamente diminuir. Muitas vezes, com alíquota menor, se arrecada mais, pois diminui a sonegação — afirmou.

A avaliação no Senado é de que é difícil votar contra um projeto que reduz impostos para a população. Mas as consequências têm peso maior para parlamentares que querem concorrer aos governos estaduais.

O Todos Pela Educação lembrou que o Fundeb "é responsável por reduzir 70% da desigualdade de investimentos em educação e ampliar em dez vezes o investimento mínimo por aluno no país" e que a mudança

atingiria o ensino público "no momento mais desafiador para a recuperação dos direitos de aprendizagem das crianças". Para a ONG, o Congresso deve agir com prudência para não penhorar o futuro do País em nome de efeitos macroeconômicos de curto prazo, que "sequer são garantidos".

Coordenadora da Campanha Nacional Direito à Educação, Andressa Pellanda diz que a aprovação do Fundeb foi "a principal conquista para o direito à educação em décadas".

— O Congresso precisa manter seu compromisso assumido constitucionalmente, precisas ser coerentes, e isso significa não aprovar esse retrocesso — afirmou.

Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, Nelson Cardoso afirma esperar que governadores e prefeitos contestem o PLP.

— O que tem hoje já não é o suficiente — diz.

Pesquisador do Ipea e professor da Escola de Políticas Públicas da FGV, Paulo Meyer Nascimento destacou que municípios e estados com menor poder de arrecadação serão os mais prejudicados.

— Muitas vezes, as prefeituras só têm os recursos do Fundeb — afirmou o especialista, que lamentou a escolha de se privilegiar subsídios a combustíveis fósseis em detrimento de investimentos sociais. — Estão trocando a educação das crianças por gasolina mais barata. Por mais que preço de gasolina impacte em outros setores, é preciso deixar claro a escolha que está sendo feita. Haveria formas mais inteligentes para isso — lamentou o especialista.

Rumo incerto.

Turma em escola na Zona Sul de São Paulo, na volta das aulas presenciais; projeto que senadores irão retirar dinheiro para gastos como compra de material didático e reformas de imóveis

BRUNO BOCHA/AGÊNCIA ENQUADRA/2.2.2022

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 10